



<b>Título:</b>	<b>ANÁLISE DA PROTEÇÃO DAS GESTANTES TRABALHADORAS EM AMBIENTES INSALUBRES</b>		
<b>Autores:</b>	Larissa Goebel Cremonese Juliana Amaral Rockembach Edison Botelho Silva Junior Camilo Darsié de Souza		
<b>Área</b>	<input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	<b>Dimensão:</b>	<input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
<b>Resumo:</b>	<p><b>Introdução:</b> A atuação laboral das gestantes em ambientes insalubres e/ou perigosos geram uma série de questionamentos jurídicos e éticos. Nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas, as gestantes devem ser afastadas do ambiente insalubre e/ou perigoso, devendo ser realocadas para um setor salubre e com condições saudáveis para a gestante e o nascituro. No que tange à proteção das servidoras públicas de saúde gestantes, tem-se em vigor a Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que também dispõe que servidoras gestantes e lactantes devem exercer suas atividades em local salubre, em serviço não penoso e não perigoso.</p> <p><b>Objetivo:</b> Esse trabalho buscou analisar a legislação brasileira no que tange ao labor das trabalhadoras em ambiente insalubre e/ou perigoso, bem como avaliar a sua implementação na prática. Trata-se de uma revisão narrativa, realizada no mês de agosto de 2025, utilizando como fonte de pesquisa jurisprudências dos tribunais. <b>Principais resultados:</b> Após análise, verificou-se que a Súmula 139 do Tribunal Superior do Trabalho consolidou o entendimento de que o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais, garantindo que a trabalhadora gestante afastada continue recebendo o adicional de insalubridade durante o período de afastamento. Outrossim, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5938, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, consolidou a impossibilidade de exigir da gestante ou lactante a apresentação de atestado médico para seu afastamento de atividades insalubres, garantindo uma maior proteção à maternidade. Ressalta-se que, antes dessa decisão, a Consolidação das Leis Trabalhistas, em seu artigo 394-A,</p>		

**Comentado [1]:** A relação de nomes dos autores nos anais do evento e no atestado de participação terá como referência a ordem listada na inscrição.

**Comentado [2]:** Lembre-se de validar com o professor orientador se a área na qual você está inscrevendo o trabalho é a mais adequada.

**Comentado [3]:** Leia atentamente as orientações para escrita e formatação do resumo.

Site do Evento: [www.unisc.br/Mostra](http://www.unisc.br/Mostra)



condicionava o afastamento da empregada gestante das atividades insalubres à apresentação de atestado médico, o que, na prática, criava empecilhos administrativos e dificultava o acesso a um direito fundamental. No que tange à Justiça do Trabalho, verificou-se que as decisões recentes do Tribunal Regional da 4ª Região têm aplicado essas garantias na prática, condenando empregadores que mantêm gestantes em atividades insalubres ao pagamento de indenização por danos morais e determinando o seu imediato afastamento, sem qualquer prejuízo à sua remuneração mensal. **Conclusão:** Concluiu-se, portanto, que a legislação e a jurisprudência vêm garantindo não apenas o afastamento das atividades insalubres, como também a preservação dos direitos econômicos das gestantes trabalhadoras. A Súmula 139 do TST e o julgamento da ADI 5938 pelo STF asseguram, respectivamente, a manutenção do adicional de insalubridade no período de afastamento e eliminam formalidades desnecessárias para o afastamento da trabalhadora de forma célere, fortalecendo a proteção à saúde da gestante e do nascituro, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, valorização do trabalho e proteção à maternidade.

**Link do Vídeo**

[https://drive.google.com/file/d/1Bdb75c6H5Ua9nROwYctW35WjHfAPa\\_qs/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Bdb75c6H5Ua9nROwYctW35WjHfAPa_qs/view?usp=drive_link)

**Comentado [4]:** Antes de submeter o trabalho teste se o link está compartilhado corretamente.  
Dica: envie o link para um colega e peça que ele tente visualizar e fazer download.